

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Chaves, Mário João Alves, 1965-

Beleza, democracia e Schopenauer

<http://hdl.handle.net/11067/7686>

<https://doi.org/10.34628/avx9-ds09>

Metadados

Data de Publicação	2024
Tipo	bookPart
Editora	Universidade Lusíada Editora
ISBN	978-898-640-249-2

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-01-22T10:37:13Z com informação proveniente do Repositório

Beleza, democracia e Schopenhauer

Mário Chaves

DOI: <https://doi.org/10.34628/avx9-ds09>



VAIDADE, BELEZA E ARQUITETURA: A ARTE DEMOCRÁTICA DA REDENÇÃO METAFÍSICA

A vaidade, frequentemente vista como um traço superficial, pode ser interpretada como a força motriz por trás da criação da beleza. Em arquitetura, essa relação manifesta-se de modo profundo, moldando não exclusivamente as formas e funções dos edifícios, mas também o modo como a sociedade se organiza e se identifica com a evolução ma-

nifesta da sua evidência. Explorando como a vaidade, enquanto mãe da beleza, é uma força necessária na afirmação da arquitetura, para além da sua construção e da sua função, tornando-a uma arte democrática e acessível a todos os cidadãos e a todos os setores da sociedade.

A beleza redentora de Schopenhauer, vê na arquitetura a manifestação metafísica, onde a irracionalidade se revela como a força dominante do Mundo, procurando na génese da forma, da substância e da identidade, a beleza plena da arquitetura na sociedade, como modo de redenção face à irracionalidade.

A vaidade, entendida como o desejo intrínseco de se destacar e ser admirado, é fundamental para a criação da beleza na arquitetura. Desde a origem da sociedade, a construção de edifícios não visou apenas a funcionalidade, mas a expressão de poder, prestígio e identidade política, ideológica e cultural. A vaidade das sociedades, pelos seus dirigentes e governantes, conduziu à construção sustentada de edifícios grandiosos, em todos os seus graus e qualidades, que através da sua beleza, buscaram perpetuar a glória e a memória, das bases legítimas das suas civilizações no seu tempo e modo.

A vaidade, assumida como o desejo de superação com o desejo de criação de algo belo, é frequentemente assumida como uma expressão de egoísmo e superficialidade. Contudo quando aplicada à arquitetura, a vaidade é a mãe da beleza, nesse impulso que leva os criadores, num ato de autoexpressão e mesmo de satisfação plena, criar as formas e os espaços, que transformem o ambiente e deixem a marca positiva e duradoura na paisagem construída.

Essa busca pela beleza arquitetónica – a Venustas – não é apenas a expressão individual, mas um reflexo do anseio coletivo por forma e espaços construídos que inspiram e elevam o espírito humano. A vaidade, nesse contexto, pode ser vista como um impulso criativo que busca transcender o ordinário e o vulgar, conferindo à arquitetura um carácter sublime, que além da mera construção qualificada.



ARQUITETURA COMO ARTE DEMOCRÁTICA

A arquitetura, enquanto forma de arte, possui uma dimensão democrática intrínseca, diferente de outras formas de arte, que estáticas na sua dimensão, restringem-se ao usufruto egoísta, a arquitetura é vivenciada e dá a expressão legítima às instituições, independentemente dos cidadãos e da condição social, económica, cultural e política, que moldam a experiência urbana e rural de um modo universal, fazendo da dimensão da arquitetura, uma expressão essencial e acessível a todos.

A beleza nesse sentido, deve ser concebida como um direito democrático. A sociedade como um todo que se beneficia de espaços e formas, bem projetados, bem concebidos, dignos, onde a estética se combina com a funcionalidade para criar circunstâncias que promovem o bem-estar, a segurança, a identidade comunitária, o sentido pleno de sociedade. A vaidade que impulsiona a criação da beleza arquitetónica, deve ser direcionada para o bem comum, no sentido democrático do termo, garantindo que todos os setores da sociedade tenham acesso pleno a formas e espaços que elevem a qualidade de vida e o sentido pleno da dignidade social que a sociedade deve proporcionar aos cidadãos.

A arquitetura democrática, é toda aquela que considerando as necessidades, exigências e vontades de todos os extratos da sociedade, manifesta-se pelo princípio que a todos pode responder e oferecer a dignidade, o conforto e o prazer estético que lhes é devido, face à irracionalidade dominante no Mundo.

A relação entre a beleza da arquitetura e a sua possibilidade e capacidade de satisfazer os princípios de uma política democrática de serviço público está profundamente conectada ao modo como os espaços e formas são projetados para promover inclusão, acessibilidade, bem-estar e cidadania. A arquitetura, quando orientada por valores democráticos, tem o poder de refletir e fortalecer uma sociedade mais justa e equitativa, sob a proteção de edifícios qualificados.

A arquitetura de espaços e edifícios públicos, deve comunicar os valores de uma sociedade democrática, como a transparência, equidade, confiança. Estruturas belas, simbólicas, acolhedoras e integradoras, expressam de modo claro, envolvente e integrador, os cidadãos que nelas procuram o conforto de uma sociedade irracional. A arquitetura é fundamental para a justiça e equidade social.

A beleza arquitetônica vai além da emanente estética visual; proporciona a confiança que se procura, para além da mera eficácia construtiva e funcional, criando o senso de pertença e coesão social e fomentando os laços entre os cidadãos, tão arredados que andam por força do alheamento das redes sociais. Quando os espaços públicos são acolhedores, esteticamente agradáveis e pensados com o cuidado merecido, incentivam o uso comunitário e a conexão cívica, circunstâncias fundamentais para uma política democrática de serviço público.

Uma política democrática de serviço público, deve envolver os cidadãos a uma participação ativa nas decisões do ambiente pública, seja através de consultas públicas, votações on line ou outras, refletindo as necessidades e aspirações da comunidade, permitindo-se a inclusão e a equidade social; tudo e todos contra a indiferença.

A beleza arquitetônica, quando aplicada ao espaço público, é um poderoso instrumento de promoção de equidade social, porque acessível a todos. O passado soube criar espaços e edifícios simultaneamente belos, funcionais e capazes de responder ao seu tempo e que agora reconhecemos como de grande valor, integrados que estão na sociedade e perenes na sua longevidade; está nas nossas possibilida-

des, aliarmos as capacidades de satisfazer os princípios de satisfação às sucessivas exigências que a cultura democrática da sociedade exige com a capacidade de inculcar a emanância da beleza da ideia projetada de resposta. A arquitetura pode e deve ser democrática e não se pode demitir dessa responsabilidade de ser fator de contribuição para a felicidade social. O mundo está muito feio, mas pior, está indiferente e indolente.

Uma política democrática de serviço público que envolva a participação ativa dos cidadãos nos ambientes construídos, proporciona um sentido de propriedade coletivo e de responsabilidade pelos espaços públicos, onde a contribuição da arquitetura e da sua beleza intrínseca, otimiza a função, a racionalização da construção e dos seus sistemas, a sustentabilidade, o sentido coletivo de pertença, a coesão social; a beleza convoca que o todo seja mais que a soma das partes.



Contudo existe uma correção entre os sistemas totalitários e a arquitetura que os evidencia, em contraste com a capacidade da arquitetura ser democrática, assumindo que pode ser utilizada como ferramenta de poder, controlo e propaganda, ou como meio de expressão, inclusão

e participação popular. Nos regimes totalitários, a arquitetura pública é monumental e simbólica, expressando os interesses do estado, enquanto que em contextos democráticos, tende a priorizar os interesses sociais, a acessibilidade transversal e a diversidade de usos.

A arquitetura como instrumento de poder, projeta a ideologia e o simbolismo físico da autoridade centralizada na inquestionabilidade dos regimes, devendo ser materializada numa visão de controlo da população e da sociedade, mas evidenciando um sentido de proteção. A arquitetura totalitária, e em si mesma, um modo completo de propaganda, por evidenciar o poder e moldando o comportamento e pensamento dos cidadãos, restringindo a diversidade cultural e fortalecendo o ambiente em que a lealdade e fidelidade ao estado e constantemente reforçada nesta ferramenta de dominação.

A arquitetura emanado do poder totalitário, anseia controlar o modo como os cidadãos usam o espaço e impõe uma narrativa ideológica única. Nega a pluralidade de interpretação e impõe o uso específico do espaço e das formas, em ambientes opressivos e que contribuem para uma normalização da vida social.



Em contraste a arquitetura nas sociedades democráticas tende a enfatizar a inclusão, a diversidade e a acessibilidade, para a construção da sociedade plural, da participação cívica, contributiva, do encontro e interação, tão mais difícil pela disrupção das redes sociais.

A cidade dos 15 minutos, é um dos conceitos modernos, mais integradores, refretando um compromisso com o bem estar da comunidade, na dita cidade e sociedade da felicidade e a democratização do espaço urbano, em que as necessidades diárias estão acessíveis a todos, na geometria variável da mínima distância física e temporal necessária à vivência social.

Este conceito de arquitetura democrática, só se evidencia, quando se conhece e reconhece a arquitetura totalitária, como instrumento de controlo, manipulação e propaganda ideológica. Em contrapartida a arquitetura das sociedades democráticas, visam a pluralidade, diversidade, vontade individual e coletiva, enquanto grupos de participação. Apenas na vertente democrática tem sido possível a abordagem pela economia circular a revitalização de áreas urbanas, sem que sejam arrasadas, mesmo na coexistência da gentrificação.

É no antagonismo entre estes dois modelos, que sucessivamente as sociedades vão conhecendo, que estão duas das circunstâncias em contexto que a arquitetura é materializada; uma como símbolo de poder e controle, outra como reflexo e ênfase da liberdade de decisão e materialização da vontade.

Esta relação dicotômica entre os equilíbrios de sistemas de governação e vivência social, é amplamente desenvolvida por Josep Maria Montaner e Zaida Muxi em 'Arquitectura y Política – Ensayos para mundos alternativos' – GG Barcelona, onde se afronta a questão chave da arquitetura contemporânea; a sua responsabilidade para com a sociedade, narra o papel social dos arquitetos e urbanistas na atual era da globalização, a partir de temas como a vida comunitária, participativa, igualdade e sustentabilidade. Estabelecem-se vulnerabilidades contemporâneas como as alternativas já experimentadas, e projetam-se possibilidades para com os novos modos de viver em sociedades abertas, democráticas, disruptivas.



A BELEZA REDENTORA DE SCHOPENHAUER

Artur Schopenhauer, no seu entendimento filosófico, propõe que a beleza possui um caráter redentor, capaz de nos libertar temporariamente das dores e das aflições do mundo.

A contemplação da beleza permite-nos aceder a uma dimensão metafísica, onde o irracional – a força dominante do Mundo – é momentaneamente silenciado. A arquitetura, possui essa beleza redentora, que se manifesta de um modo único e generalista, porque quando nos deparamos com uma obra arquitetónica que harmoniza forma, função e estética – Firmitas, Utilitas e Venustas – somos capazes de transcender a banalidade da existência construída quotidiana.

A beleza arquitetónica coloca-nos em contato com algo que se afigura perene e imutável, um reflexo das ideias platónicas que, segundo Schopenhauer, são a verdadeira essência do Mundo. Nesse sentido, a arquitetura não é uma arte prática, mas a expressão do sublime, onde a vaidade sublima-se em busca de um ideal de beleza que redime e enobrece a experiência civilizacional.

Quando aplicada à arquitetura, essa visão filosófica sugere que as

formas inventadas sob a visão do arquiteto, se transcendem, e são também portais para a experimentação estética que nos transportam para além do mundano, tornando-se um modo de redenção e oferecendo momentos de contemplação, elevação e espanto; já o experimentamos e soubemos reconhecer.

A relação entre o pensamento filosófico de Arthur Schopenhauer e a grandeza social da arquitetura, especialmente aquela que testemunhou na sua Grand Tour pela Itália, é fascinante porque reflete o seu entendimento entre a interação entre os aspetos estéticos e metafísicos da arquitetura e a sua visão transcendental do Mundo. Schopenhauer, embora famoso pelo seu pessimismo, reconhecia na arquitetura e na arte em geral, uma via de redenção so sofrimento inerente à existência humana.

Na obra de Schopenhauer, a estética ocupa um lugar central como um modo de escape da contade, à força irracional e incessante que move toda a realidade; a vida é marcada pelo sofrimento, porque a vontade nunca pode ser satisfeita completamente, porque os cidadãos estão eternamente presos as desejos e necessidades que não cessam.

Schopenhauer viu nas artes e sobretudo na arquitetura, um modo de suspender temporariamente a influência da vontade, em que, na experiência estética, o ente é capaz de se distanciar da sua própria individualidade e contemplar o 'Mundo como representação' sem o filtro dos desejos e necessidades pessoais. A arquitetura eleva o indivíduo, para além do mundo empírico e a constante luta imposta pela vontade coletiva.

Durante a sua viagem a Itália, Schopenhauer teve contacto com a arquitetura clássica, renascentista e barroca, na sua grandeza social, que representou a expressão máxima da grandeza cultural e social da sua época.

A arquitetura assumia o momento de equilíbrio entre a beleza, o equilíbrio da técnica, o domínio da natureza e a expressão do espírito humano nas suas formas mais elevadas. A seu tempo, constituíam a capacidade humana de criar algo de valor perene e significativo, que transcendia a mera existência individual e evidenciava os valores coletivos de uma sociedade que se afirmava.

Schopenhauer entendeu-as como representações de um ideal platonico, onde a estética e a beleza estavam ao serviço de uma vontade mais elevada da existência, além dos desejos e necessidade individuais.

A graneza arquitetônica, especialmente a Italiana, que Schopenhauer encontrou na sua viagem, proporcionava momentos de contemplação e silêncio, que iam além do tempo e da história; oferecia ao observador a possibilidade de se libertar, ainda que temporariamente, a luta e do sofrimento da existência diária,

Schopenhauer viu na arquitetura a oportunidade da transcendência, o escape da prosa da vontade. O espectador, ao admirar os edifícios no seu contato, sente-se temporariamente libertado do sofrimento e experimenta uma sensação de sublimação, em que a beleza arquitetônica emana uma harmonia que afasta o caos e a irracionalidade da vida.

No entanto, a arquitetura, enquanto invenção da sociedade e da civilização humana, carrega o lastro das aspirações e falhanços da humanidade; a existência humana que é marcada pela vontade, que impulsiona tanto a criação de grandes obras quanto os desejos de ambição, ideologia e dominação, pelo poder político, econômico, social, cultural, religioso. Mesmo reconhecendo as motivações, Schopenhauer, apreciava o valor que emanava da arquitetura para que na sua experimentação, afasta-se temporariamente do sofrimento do mundo todos aqueles que nela buscavam conforto.

A relação entre o pensamento filosófico de Schopenhauer e a grandeza social da arquitetura, pode ser relacionada, através de uma lente, do século XIX, de estética transcendental, numa elevação espiritual e metafísica, que superando o sofrimento, proporciona momentos de alívio e a contemplação do eterno e do sublime, de um modo democrático e acessível a todos os cidadãos.



A ARQUITETURA COMO MANIFESTAÇÃO METAFÍSICA

A ideia de que a arquitetura é uma manifestação metafísica, está intimamente ligada à visão de Schopenhauer sobre a irracionalidade como força dominante do Mundo. A vaidade que conduz a criação do sublime na arquitetura é, em última análise, uma expressão dessa irracionalidade – um desejo profundo e quase sempre inconsciente de criar algo que transcenda o tempo e a matéria.

Ao contrário de outras manifestações da irracionalidade que podem conduzir ao caos e à inconsequência social, a vaidade arquitetônica, quando bem direcionada, resulta na criação de uma ordem, beleza e harmonia. A arquitetura, revela-se como uma vontade de reconciliar o irracional com o racional, o temporário com o eterno, o mundano com o sublime, resulta que por meio da identidade e da inquietação, se alcance a metafísica do inexplicável da invenção. Ao alcançar tal intangível, a arquitetura não atende às necessidades funcionais da sociedade, mas eleva o espírito humano, oferecendo um vislumbre do transcendente em meio à impermanência do Mundo.

Essa beleza é ampla, tanto compõe a grandeza do todo, como está presente nos detalhes, na inserção e integração com o ambiente em seu redor e já presente e com história. Ao criar espaços que nos conectam com essa dimensão metafísica da beleza, a arquitetura cumpre uma função essencial à sociedade, proporcionando a exigida funcionalidade para com os programas, mas a evidência estética que nos ajudam a lidar com as forças irracionais que dominam a vida dos cidadãos.

A vaidade, como mãe da beleza, desempenha um papel essencial na afirmação da arquitetura, impulsionando a criação de formas e espaços, que não servem apenas às necessidades práticas, mas elevam sensorialmente a experiência social. A arquitetura, enquanto arte democrática, garante que a beleza construída seja acessível e difundida, promovendo o bem-estar coletivo e a identidade comunitária. Sob a ótica de Schopenhauer, a beleza arquitetônica assume-se uma força redentora, uma manifestação metafísica que nos permite transcender a irracionalidade do Mundo e conectarmo-nos com uma realidade mais profunda e sublime.

A arquitetura pode incorporar a necessidade de manifestação metafísica construída da sociedade ao integrar simbolismos, narrativas culturais e elementos que transcendem a mera funcionalidade, promovendo uma conexão profunda entre o espaço e as formas físicas e o sentido espiritual ou existencial dos seus usuários, elevando-lhes o espírito.

A arquitetura funciona como meio de expressão para as crenças, ideais e valores metafísicos da sociedade; ao usar símbolos que remetem à espiritualidade, à identidade coletiva ou a conceitos filisóficos, os edifícios fornaram-se a personalização físicas desses ideais.

A luz é um dos elementos arquitetônicos mais poderosos para evidenciar a metafísica, pois todos procuramos a luz e esta evoca a noção de transcendência, onde o tangível tende a alcançar o intangível.

A geometria tem sido uma aliada poderosa, para emanar o sentido reconhecido de perfeição, harmonia e ordem, conduzindo a proporções sagradas, como a série de Fibonnaci, a proporção aurea e o numero de ouro, onde a grandeza do macro e micro cosmos confluem para a personificação do sentido de unidade do Universo, que recorrentemente nos proporciona o sentido de pertença a algo maior, significativamente maior.

Edifícios e momentos urbanos que honrem a memória coletiva, também evidenciam a dimensão metafísica, convocando a introspeção e a reverência, perante a velocidade da sociedade, para com o sentido do silêncio, a meditação pessoal e a comunhão com a espiritualidade ansiada.

Mesmo em contextos urbanos, a arquitetura evoca o metafísico que o espírito de uma sociedade transporta, frequentemente associada a experiências de vontade, luto, renovação, superação.

A arquitetura ao incorporar a manifestação metafísica da sociedade, em todos os seus graus e qualidades, transcende toda a função prática e transforma-se num meio poderoso de expressar valores espirituais, culturais e existenciais, conectam os cidadãos nos seus ideais e sentimentos mais profundos e transportam a noção de perenidade necessária à continuidade das sociedades nos seus códigos e valores.

A arquitetura afirma-se como uma arte amplamente necessária e universal, capaz de reconciliar os desejos íntimos de perenidade da humanidade, com as exigências prosaicas da vida quotidiana, exigentes de construções para as funções sociais, mas que ansiam pela promoção de uma evidência da transcendência na sociedade.

A vaidade pode ser reavaliada como a força motriz que impulsiona a criação da beleza; a vaidade é um dom universal. Esta beleza, utilizada e distribuída de modo democrático, torna a arquitetura acessível, transcende a sua função utilitária e supera as forças irracionais, que moldam o Mundo das sombras da caverna de Platão. As formas de arquitetura não são as sombras cavernosas que constatamos no irracional do Mundo, antes as magníficas formas sob a luz, como enunciou Le Corbusier.